

A EJA, AS TRAVESTIS E A CIDADE: A ALEGRIA É REVOLUCIONÁRIA

Adelson França Júnior¹

A minha atuação na educação se inicia com a escolha pela Pedagogia. Durante o Ensino Médio, estudei numa escola municipal que estava vivendo uma grande mudança: a implantação da Escola Plural. Este movimento mobilizava a escola em vários sentidos. Desde questões de defesas acaloradas até ataques e “pirraças” de professores. Apesar das reações divergentes, o ambiente escolar me propiciou uma aproximação com a escola para um nível além da discância. Estava no grêmio estudantil e tive a oportunidade em vários momentos de participar deste movimento e entender a dimensão da política pública educacional. A partir destes contatos, e vivendo o momento de escolha do vestibular, a Pedagogia apareceu como desejo. Fiz a inscrição, um cursinho popular e fui aprovado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Já na faculdade fiquei encantado com os tempos e espaços formativos. Comecei a me associar às diversas frentes. Ensino, pesquisa, extensão e movimento estudantil. A UEMG era (e ainda é) uma universidade muito precária, o que, paradoxalmente, mobiliza o envolvimento dos sujeitos para a luta coletiva. Foi um espaço de aprendizagem fantástico. Entre as diversas experiências formativas, uma me marcou de forma mais intensa. A participação no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Fui estagiário extensionista do Programa na UEMG, e tive a oportunidade de conhecer diferentes acampamentos e

¹ Professor da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Belo Horizonte há 18 anos, tendo atuado em diversas turmas de EJA com público juvenil, de trabalhadores de serviços gerais, em organizações da sociedade civil e instituições religiosas, de mulheres e travestis profissionais do sexo, de pessoas atendidas por equipamentos da saúde mental e turmas de pessoas com deficiência.

assentamentos e fui iniciado, por professoras maravilhosas, na Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos.

A partir daí, meu interesse e escolhas foram sempre voltados para a educação das pessoas jovens, adultas e idosas. Ao entrar na Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) a única possibilidade que vislumbrava era a atuação na EJA. De lá pra cá passaram-se 17 anos de atuação sempre na Educação de Jovens e Adultos, apesar de em papéis bastante distintos. A maior parte deles foi exatamente na docência em diversas turmas com público juvenil, de trabalhadores de serviços gerais, em organizações da sociedade civil e instituições religiosas, de mulheres e travestis profissionais do sexo, de pessoas atendidas por equipamentos da saúde mental e turmas de pessoas com deficiência. Estive também na gestão educacional atuando na elaboração e gestão de projetos, programas e políticas educacionais municipais e estaduais tanto na prefeitura de Belo Horizonte como no estado de Minas Gerais.

A partir desta breve reflexão sobre minha história, foi me dada a tarefa de escolher um recorte da minha experiência na EJA e confesso que estava bastante em dúvida. A dúvida se instaurou diante do fato de que todas as experiências que tive foram fundamentais para a formação do sujeito que sou. A sensação de ter que escolher uma, ou apenas algumas delas, parecia-me injusta. Como se estivesse renegando as que não seriam escolhidas e dando menor valor a elas. Entendia perfeitamente, no nível racional, que não era disso que se tratava, mas, como disse, a sensação era de injustiça.

Entretanto, como escolher é também não escolher, fiz um movimento de olhar para esse passado e sentir o que mais me afetava. E, nesse movimento, não podia deixar de registrar o tamanho do impacto que tive com a experiência da turma do Santa Branca. Talvez por ter sido minha experiência mais solitária, mas que mais revelou uma face perversa de toda uma estrutura social. Em todas as outras tive com quem contar no dia a dia. A construção foi sempre coletiva, em espaços com outros docentes e profissionais da educação. Mas, nesta turma, vivi

uma espécie de confessionário rotineiro. Éramos eu e mais 15 mulheres e travestis que exerciam a complexa profissão do sexo. Todas com diversos e profundos traumas e direitos sistematicamente violados. Apesar disso, o bom humor era a tônica dos encontros. Como se a única estratégia de sobrevivência numa vida tão pesada fosse a alegria. A alegria é revolucionária. Isso me levou a pensar no título da narrativa que pretendo construir. Tem que se referir a alegria. Lembrei da frase de Paulo Freire. “Ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, da boniteza e da alegria”. É isso. Alegria para enfrentar as feiuras da vida. Alegria para reexistir. Reinaugurar a existência sobre outros princípios. Refazer o mundo em novos moldes. Menos desigual. Mais acolhedor. Em grande medida, aquela turma, naquele pequeno espaço-tempo, possibilitou novos mundos. Para elas, mas principalmente para mim. Precisava contar essa história. Queria reencontrá-las. Contar a histórias delas, e a minha, a nossa, será uma forma de reencontrá-las. Assim, seguirei nessa toada dando alguns detalhes desta experiência a fim de dar corpo a ela, recheado de cores, movimentos, memórias e afetos.

Nessa linha, acho que o primeiro movimento nesta narrativa é o de justificar que o que me moveu na direção de me inserir na turma foi exatamente a experiência de vivenciar algo bem diferente do que já havia vivido. Essa aproximação me trouxe medo, mas muita vontade de experimentar. Era um grupo de sujeitas com as quais não tinha tido contato, pois é hegemonicamente invisibilizado. O desafio de lidar com a questão de gênero também foi algo mobilizador. Sou um homem, branco, heterossexual e sempre estive em lugares confortáveis e com poucas questões de preconceito sentidas na pele. A grande questão para mim sempre foi o pertencimento de classe. Acho que por causa desse constante esforço de conscientização classista, sempre me senti profundamente indignado ao presenciar ações preconceituosas. Essa sensibilidade me levou a vários encontros fundamentais na vida, que sistematicamente corroboravam a escolha de se colocar na luta, ao lado dos oprimidos.

A turma se estruturava numa perspectiva de unidocência. Essa era a referência da política desenhada pela secretaria de educação de Belo Horizonte para as turmas externas, que fazem parte de uma política de atendimento da prefeitura por meio de parcerias com instituições não-escolares para oferta da EJA em espaços externos à escola.

Assim, a rotina diária pedagógica contribuiu para a sensação de solidão. O fato de a turma ser externa, e o diálogo com os colegas da escola ser árido, e às vezes até desrespeitoso, conduziu uma escolha de reduzir o esforço no sentido de buscar um trabalho coletivo naquele contexto. Por outro lado, as memórias de experiências exitosas vividas anteriormente e a esperança de encontros com parceiros que ainda nem conhecia me alimentava diariamente para sustentar uma prática ideologicamente coletiva, apesar de um agir individual.

A EJA reúne diversidades mil que muitas das vezes são transformadas, socialmente, em desigualdades de acesso a todo tipo de direitos.

Belo Horizonte foi uma cidade arquitetonicamente planejada numa lógica ordenada e higienista. Foi pensada e construída para atender a um modelo de cidadão em suas necessidades e lugares idealizados. A grande questão é que a cidade é viva e foi apropriada pelos sujeitos e ressignificada, de modo que hoje, talvez, Aarão Reis estaria surpreso com o resultado de seu projeto inicial.

Embora muitas mudanças tenham ocorrido na cidade atual, uma marca permanece: a tentativa de determinar os lugares de permanência para determinados sujeitos. De modo geral estes determinados sujeitos são os mesmos que têm determinadas suas trajetórias escolares interrompidas por inúmeras outras vulnerabilidades que insistem em reafirmar a negação de seus direitos. São, em grande medida, sujeitos da EJA.

Esta turma surgiu no ano de 2011, em parceria com uma organização da sociedade civil, que contava com membros da pastoral de rua e de igrejas protestantes. Essa associação demandou, a partir da percepção dos atendimentos

que realizam, a oferta de escolarização a um grupo de trabalhadoras do bairro da cidade, que se caracteriza, até os dias de hoje, como uma região de trabalho das profissionais de sexo, em grande medida por ter uma alta concentração de motéis.

Historicamente os motéis se estabeleceram na região por estarem geograficamente na periferia da cidade. Na época dos primeiros motéis tratava-se de uma região isolada na saída da cidade. Com o passar do tempo, e seguindo as características das grandes metrópoles, a urbanização cresceu e hoje trata-se de um bairro “familiar”, de classe média, com baixa verticalização. Mas, os motéis e as profissionais do sexo lá permanecem sendo alvo constante de litígio por parte dos moradores e suas associações de bairro.

Neste contexto, após mobilização e consulta às interessadas, estabeleceu-se que as aulas seriam realizadas diariamente, das 17h às 19h, de modo que pudessem estudar no horário anterior ao início do turno de trabalho. Afinal de contas, nenhuma delas morava na região e precisavam aproveitar o deslocamento para o trabalho, não alterando o custo de transporte que já tinham rotineiramente.

A turma começa com 15 estudantes, sendo 8 mulheres e 7 travestis que não tinham concluído o ensino fundamental. Uma das dificuldades iniciais foi o processo de matrícula. Algumas travestis não entregaram os documentos. Diziam não se identificar com os registros civis ali apresentados. Neste momento comecei a perceber o altíssimo grau de exclusão vivenciado diariamente por elas.

Com o passar do tempo as relações foram se estabelecendo e a confiança sendo construída de modo a começar um trabalho mais dedicado às especificidades de cada uma rotineiramente presente. As diversidades desapareciam quando o tema era o direito à educação. Todas haviam frequentado à escola na infância e tiveram suas trajetórias escolares interrompidas no início da adolescência. As travestis relatavam este período da vida como um momento de grandes descobertas e sofrimento por vivenciarem questões sobre sua própria sexualidade e o preconceito da escola direcionado a elas por escaparem da

heteronormatividade. E, infelizmente, quando retornavam seus relatos para o tempo presente demonstravam uma enorme permanência da transfobia em suas relações sociais. Um dos relatos mais chocantes foi de, em uníssono, dizerem que não conseguiam ir à padaria, ou a farmácia sem serem hostilizadas pelo menos uma vez no trajeto. O direito à circulação pela cidade, ir e vir garantido na constituição, não se aplicava a elas. As barreiras invisíveis da cidade mantinham-nas numa espécie de cárcere que permitia seu deslocamento em lugares e horários determinados e de modo discreto e disfarçado.

Diante destes relatos, boa parte da rotina pedagógica se concentrou na discussão das desigualdades e das diferenças e na tentativa de reaver os direitos negados reiteradamente a estas sujeitas.

A aproximação com aquelas pessoas jovens e adultas me propiciou, como já disse, contato com faces bastante perversas da estrutura social. A misoginia, o machismo e a transfobia me foram diariamente apresentadas.

Uma das experiências que marcaram indelevelmente minha memória foi uma atividade que tinha duplo objetivo. Por um lado, um exercício de se aproximar da escola a que estávamos burocraticamente vinculados e, por outro, uma experiência de circulação pela cidade e apropriação dos espaços públicos.

Sendo assim, agendei uma visita à Escola Municipal Deputada Erika Hilton², a qual a turma era vinculada, com o objetivo de apresentar às estudantes da turma externa aos demais colegas estudantes da escola, aos trabalhadores dali e conhecer a estrutura da escola que de fato e de direito era delas. Na ocasião faríamos o lanche na escola e depois assistiríamos um filme no auditório.

No dia marcado para a atividade, após uma série de discussões e convencimentos, apenas 4 estudantes compareceram. Todas as demais justificaram a ausência alegando compromissos pessoais ou incidentes no percurso que as impediriam de chegar. Embora um pouco desconcertado com as

² Nome fictício em homenagem à deputada Erika Hilton.

coincidências que impediram muitas delas de chegarem, segui com o planejamento com as demais estudantes. Como a escola era geograficamente perto do espaço em que a turma externa funcionava, o deslocamento seria uma caminhada leve, que duraria cerca de 15 minutos. Após todos os detalhes checados, decidimos iniciar nossa caminhada. De modo geral, não haveria nada de excepcional, afinal era um grupo de cinco pessoas caminhando normalmente pelas calçadas do bairro, ao pôr do sol de uma quarta-feira.

O problema (embora até o momento não pudesse imaginar que o seria) é que no meio do caminho – com perdão da esdrúxula referência à Drummond – tinha uma escola. Uma escola estadual de Ensino Médio. Muro branco. Portão azul entreaberto. Um grupo de camisas cinzas. Uma escola que, naquele mesmo horário, repetia a rotina da troca de turnos: saindo da escola, adolescentes do turno vespertino; entrando na escola, jovens e adultos da EJA.

No momento em que fomos avistados por eles vivenciamos uma enlouquecedora enxurrada de gritos, xingos, piadinhas, palavrões e arremessos de pequenos objetos. A agressão era tamanha que não consegui pensar em como reagir e reagi devolvendo uma borracha escolar com a maior força que consegui reunir naquele momento. Foi quando Samantha, uma das estudantes do grupo, me puxou pelo braço e sugeriu que atravessássemos a rua para nos afastar do portão de entrada onde os adolescentes, também estudantes, estavam.

Neste instante olhei para as demais “meninas” e pude perceber a estranha calmaria com que reagiram demonstrando a enorme familiaridade com que lidavam com as abordagens violentas a que eram submetidas sistematicamente.

Terminamos nossa caminhada com algumas falas delas minimizando o acontecido e mudando de assunto como que numa tentativa de me fazer esquecer o que tinha acabado de experienciar. Chegamos à escola na hora combinada. O lanche seguiu como o planejado. O filme também. Ao fim da atividade letiva elas se

despediram e cada uma seguiu seu caminho para o trabalho. Eu, até hoje, tenho esta memória nítida como cristal.

Essa talvez tenha sido a situação mais emblemática que vivemos. Foi marcante, e, em alguma medida, ponto de partida para todo o trabalho pedagógico que realizamos juntas.

O percurso da turma seguiu sendo organizado com planejamentos diários diante das demandas das estudantes. O currículo era construído rotineiramente. A maior parte do atendimento se concentrava em sequências didáticas interdisciplinares alinhavadas por temas relacionados aos direitos humanos e aprofundamento dos conhecimentos escolares que elas já dominavam.

Ao mesmo tempo, apesar de ser um lugar meio solitário na função típica da docência, o próprio grupo se configurava como uma comunidade colaborativa de aprendizagem. Ali se compartilhavam, além das dificuldades e facilidades relacionadas às áreas do conhecimento tradicionais, também estratégias de mediação de conflitos, sobrevivências, de deboche e de alegria genuína, diante dos inúmeros casos vivenciados pela rotina do trabalho sexual. E, além disso, principalmente possibilidades de realização de sonhos próprios e de seus familiares. Acabou tornando-se um espaço pedagógico coletivo.

Ao final daquele ano, em dezembro, todas as 15 estudantes iniciais da turma concluíram seus estudos e se certificaram no Ensino Fundamental. A turma seguiu funcionando por mais dois anos, reconfigurada com a entrada de novos estudantes, trabalhadores de outras áreas e de outro professor. Por outro lado, cada uma delas seguiu distintos caminhos em relação à continuidade dos estudos, mas, durante aquele curto período de quase 6 meses, fomos um grupo que se sustentou na caminhada. E, para mim, foram quase 6 meses que ecoaram anos e permanecerão referenciando minha prática pedagógica e escolha ética até o fim da vida.